

PLANO DIRETOR DE SIRINHAÉM

DOCUMENTO SÍNTESE DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR

Elaborado pelo Instituto de Estudos Pró-Cidadania – PRÓ-CITTÀ

Contratado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social do Estado de Pernambuco – SEPLANDES, com recursos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste, Pernambuco – PRODETUR/NE/PE

Sirinhaém, dezembro/2000

EQUIPE TÉCNICA

COORDENAÇÃO GERAL

Marco Aurélio Costa

TÉCNICOS E CONSULTORES

Clênio Alberto Argôlo Lopes – mobilização social

Eduardo Prates Santos – análise ambiental

Eduardo Roberto Tagliaferri – urbanismo e legislação urbanística

Edwiges Lempp – administração municipal

Henrique Mafra Alvarenga – análise institucional

Jane de Souza e Silva – geografia e infra-estrutura social

João Roberto de Oliveira – engenharia sanitária

Júlio César Duarte – preservação e educação ambiental

Marciano Guimarães – direito urbano e ambiental

Marco Aurélio Costa – economia e turismo

Maria José Silveira Pessôa – infra-estrutura econômica

Maria Marta Martins de Araújo – história e Patrimônio Cultural

Regina Helena Alves da Silva – sociologia

Ricardo Rodrigues Dutra – demografia

Tomás Alexandre Ahouagi – engenharia de transporte

APOIO TÉCNICO

Ana Luisa Costa – comunicação social

José Ricardo Freire Veríssimo – economia

A equipe do PRÓ-CITTÀ, Organização Não-Governamental – ONG sediada em Belo Horizonte, Minas Gerais, agradece a cooperação de todos os envolvidos na elaboração do Plano Diretor e da Legislação Urbanística Básica – LUB, especialmente os membros da Comissão Municipal de Acompanhamento do Plano Diretor, os dirigentes e técnicos da prefeitura e dos órgãos públicos estaduais e federais, assim como os membros das associações e entidades que participaram e contribuíram nos diversos eventos realizados ao longo dos trabalhos.

APRESENTAÇÃO

Este volume consiste no “Documento Síntese do Processo de Elaboração do Plano Diretor”, elaborado pela equipe técnica do PRÓ-CITTÀ, entidade contratada pela SEPLANDES, no âmbito do PRODETUR/NE/PE, com recursos de financiamento do Banco do Nordeste – BN e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, além da contrapartida do Tesouro Estadual.

O Documento Síntese apresenta o resultado do processo de elaboração do Plano Diretor de Sirinhaém, descrevendo suas características e apresentando as opções estratégicas e ações prioritárias, definidas pela comunidade, para se buscar o desenvolvimento sustentável do município, incluindo aí a definição das opções estratégicas da política urbana que passam a servir de referência para a elaboração da LUB.

Na introdução, relata-se a história da elaboração do Plano Diretor de Sirinhaém, com a descrição do processo participativo que foi conduzido, segundo diretrizes fornecidas pelo Governo do Estado de Pernambuco, no âmbito do PRODETUR/NE/PE.

Ainda na introdução, são feitas notas metodológicas acerca da elaboração dos trabalhos e do material apresentado nesta síntese. Destaca-se a opção técnica do PRÓ-CITTÀ de apresentar, neste documento, uma estrutura matricial, por dimensões de desenvolvimento sustentável, a qual permite uma leitura, ao mesmo tempo objetiva e dinâmica/integrada da realidade municipal e regional.

Após a introdução, são apresentados os resultados das Oficinas de Planejamento Participativo realizadas no município, entre os dias 19 e 21/06/2000, com a reprodução fiel das contribuições dadas pelos participantes.

Concluindo esta síntese, são apresentadas as Matrizes de Planejamento, por dimensão de sustentabilidade, e a Matriz de Planejamento Urbano, as quais já exprimem as definições de opções estratégicas e ações prioritárias produzidas nos Seminários Finais de debate do Plano Diretor, os quais foram realizados nos dias 30/08 e 04/09.

Anexa a este documento, encontra-se a Matriz de Planejamento da Mesorregião da Mata Pernambucana, a qual traduz o processo de planejamento regional contido no “Plano

de desenvolvimento sustentável da Mesorregião da Mata Pernambucana” (CONDEPE, 1998) e que permite visualizar e compreender melhor a inserção do município na realidade regional, assim como analisar as macrocondições do cenário regional, inclusive em termos das ameaças e oportunidades oferecidas pelo ambiente externo.

Cabe destacar que os trabalhos do Plano Diretor de Sirinhaém procuraram rebater, no plano municipal, o processo de planejamento territorial que vem sendo retomado desde o início da década de 1990, com a experiência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, através do “Projeto Áridas – Nordeste: uma estratégia de desenvolvimento sustentável”, no plano macrorregional (SEPLAN/PR, 1994); traduzido, no plano estadual, pela “Estratégia de desenvolvimento sustentável – Pernambuco 2010” (CONDEPE, 1996); e, no plano mesorregional, pelo “Plano de desenvolvimento sustentável da Mesorregião da Mata Pernambucana” (CONDEPE, 1998).¹

Finalmente, deve-se destacar que o trabalho empreendido encontra-se lastreado por um amplo esforço teórico-conceitual, cuja bibliografia foi parcialmente apropriada na elaboração deste Plano Diretor.²

1 Os anos das publicações correspondem às primeiras versões dos documentos.

2 A respeito das formulações teóricas mais recentes acerca do planejamento para o desenvolvimento sustentável ora utilizadas, ver, entre outros, HOGAN & VIEIRA (1992), SEPÚLVEDA & EDWARDS (1995), ICLEI & IDRC (1996) e BUARQUE (1997 e 1999); sobre teorias contemporâneas de planejamento, ver GANDIM (1994) e CAMPBELL & FAINSTEIN (1996).

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E CONVENÇÕES

AMAR	Associação dos Moradores e Pescadores da Vila Alcina Ribeiro
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BN	Banco do Nordeste
C & T	Ciência e Tecnologia
CEPENE	Centro de Pesquisa e Extensão Pesqueira do Nordeste
CIPOMA	Companhia Independente de Polícia do Meio Ambiente
CODEMUS	Conselho de Desenvolvimento Municipal de Sirinhaém
CONDEPE	Instituto de Planejamento de Pernambuco
CPRH	Companhia Pernambucana do Meio Ambiente
CTG	Centro Turístico de Guadalupe
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FIDEM	Fundação do Desenvolvimento Municipal
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICLEI	<i>International Council for Local Environmental Initiatives</i>
IDRC	<i>International Development Research Centre</i>
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
LUB	Legislação Urbanística Básica
ONG	Organização Não Governamental
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PRÓ-CITTÀ	Instituto de Estudos Pró Cidadania
PRODER	Programa de Emprego e Renda
PRODETUR/NE/PE	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste, Pernambuco
PROMATA	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco
PRORURAL	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PSF	Programa de Saúde da Família
RH	Recursos Humanos
RMR	Região Metropolitana do Recife
SEBRAE-PE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Pernambuco
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEPLAN/PR	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República
SEPLANDES	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social do Estado de Pernambuco
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E NOTAS METODOLÓGICAS	7
1.1. O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE SIRINHAÉM.....	7
1.2. NOTA METODOLÓGICA SOBRE AS OFICINAS DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO.....	10
1.3. NOTA METODOLÓGICA SOBRE AS MATRIZES DE PLANEJAMENTO.....	11
2. OFICINAS DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO	15
3. MATRIZES DE PLANEJAMENTO	23
4. ANEXO.....	42
5. BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

1. INTRODUÇÃO E NOTAS METODOLÓGICAS

1.1. O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE SIRINHAÉM

O Plano Diretor de Sirinhaém, elaborado pelo PRÓ-CITTÀ, financiado com recursos do PRODETUR/NE/PE, teve seu início no dia 11/04/2000, com a realização de uma reunião técnica de mobilização dos principais atores sociais e políticos locais. A reunião contou com a participação de representantes da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, de órgãos públicos estaduais e de entidades sociais atuantes no município.

Naquela reunião, foi apresentada a metodologia de elaboração do Plano Diretor, com a descrição das fases e atividades a serem desenvolvidas ao longo do processo. A importância do envolvimento da comunidade (prefeitura, vereadores e munícipes) durante a realização das atividades programadas foi afirmada durante a reunião, tendo sido nomeada uma Comissão Municipal de Acompanhamento do Plano Diretor, a qual coube o acompanhamento dos trabalhos, através de reuniões mensais, a divulgação dos principais resultados e a repercussão das análises e decisões que foram tomadas.

Após a reunião e a nomeação da referida Comissão, que teve sua reunião inaugural ainda no mês de abril, os trabalhos do Plano Diretor prosseguiram com a realização de entrevistas e de visitas técnicas da equipe do PRÓ-CITTÀ a diversos órgãos municipais e estaduais, e com o levantamento de dados secundários nos órgãos públicos locais, estaduais e no IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Paralelamente, com o apoio de pessoas da comunidade especialmente selecionadas e treinadas para esse fim, foi realizada uma pesquisa de campo no município, na qual 10% dos domicílios urbanos e cerca de 5% dos domicílios rurais foram pesquisados, com a aplicação de um questionário que abordou todos os assuntos e temas de interesse para o cidadão municipal: demografia, educação, saúde, habitação, saneamento, turismo, emprego, renda, cultura e participação social.

Os resultados da pesquisa de campo encontram-se no Volume V do Diagnóstico Situacional do Plano Diretor de Sirinhaém.

As informações e dados qualitativos e quantitativos, colhidos nas entrevistas, nos levantamentos secundários e nas atividades de campo, subsidiaram a elaboração de uma versão preliminar do Diagnóstico Situacional do Plano Diretor de Sirinhaém, editada em quatro volumes – um para cada dimensão de desenvolvimento sustentável – a qual viria a ser discutida no mês de maio, em um Ciclo de Seminários, realizado entre os dias 29/05 e 01/06, contribuindo para ampliar o debate sobre os problemas e possibilidades locais.

Após a realização do Ciclo de Seminários, os diagnósticos elaborados pelo PRÓ-CITTÀ foram revistos e, numa fase posterior, foram complementados com os resultados das Oficinas de Planejamento Participativo, ocorridas dias 19 e 21 de junho, com o objetivo duplo de ratificar as análises de problemas e possibilidades do Diagnóstico Situacional, e de apontar para o cenário futuro desejado em cada dimensão e para as proposições de ordem mais geral, que viriam a consubstanciar-se em opções estratégicas do desenvolvimento municipal e de sua política urbana.

Assim, naquele período, ocorreram, em Sirinhaém, quatro Oficinas de Planejamento Participativo, incluindo uma realizada no Distrito de Barra do Sirinhaém, para discutir os problemas desse distrito que abriga a maior parcela municipal do Centro Turístico de Guadalupe – CTG.³

Os resultados das Oficinas de Planejamento Participativo estão no capítulo 2 desse Documento Síntese, onde podem ser encontradas as suas transcrições integrais.

Após a realização das Oficinas de Planejamento Participativo, o PRÓ-CITTÀ pôde fechar uma primeira versão final do Diagnóstico Situacional, a qual foi enviada para a análise e aprovação da equipe técnica do Estado, formada por técnicos e consultores da SEPLANDES e da Fundação do Desenvolvimento Municipal – FIDEM, e encarregada de acompanhar os trabalhos do Plano Diretor.⁴

³ A Oficina de Planejamento Participativo da Dimensão Técnico-Produtiva não se realizou. As quatro oficinas realizadas foram: Dimensão Socioeconômica, Dimensão Geoambiental, Dimensão Institucional e Oficina de Planejamento Participativo de Barra do Sirinhaém, na qual as questões do turismo e da pesca foram tratadas com maior detalhe.

⁴ A partir da análise dessa documentação pela SEPLANDES e pela FIDEM, o PRÓ-CITTÀ pôde editar a versão final do Diagnóstico Situacional do Plano Diretor de Sirinhaém, composta por cinco volumes e que consiste num documento de referência técnica desse volume síntese.

Paralelamente, após a realização das Oficinas de Planejamento Participativo, foram elaboradas Matrizes de Planejamento por dimensão de sustentabilidade, com o objetivo de possibilitar um acesso objetivo e integrado das análises que compõem o Diagnóstico Situacional.

Além disso, as matrizes propostas pelo PRÓ-CITTÀ, e que viriam a ser apresentadas, discutidas e aprovadas nos Seminários Finais do Plano Diretor de Sirinhaém, continham uma análise mais avançada que fornecia uma leitura articulada dos problemas e possibilidades locais, uma identificação de ameaças e oportunidades do ambiente externo e a indicação, com base numa leitura crítica dos resultados das Oficinas de Planejamento Participativo, dos cenários desejados pela comunidade e das opções estratégicas, para cada dimensão de desenvolvimento sustentável.

Finalmente, nos dias 30/08 e 04/09, foram realizados os dois Seminários Finais do Plano Diretor e da LUB de Sirinhaém.

Nesses eventos, apresentou-se as Matrizes de Planejamento, com o objetivo de aprovar suas análises, debater e definir as opções estratégicas inicialmente propostas e indicar as ações prioritárias a serem incluídas nos textos finais do Plano Diretor, notadamente na Lei do Plano Diretor de Sirinhaém.

Assim, no capítulo 3 deste Documento Síntese, encontram-se as Matrizes de Planejamento do Plano Diretor de Sirinhaém, as quais incluem também a Matriz de Planejamento Urbano, já incorporando, além da coluna de opções estratégicas, uma com as ações prioritárias apresentadas e debatidas nos Seminários Finais do Plano Diretor.

Dessa forma, a leitura desse Documento Síntese permite uma apropriação objetiva e integrada do processo de elaboração do Plano Diretor de Sirinhaém, onde se observa desde as análises iniciais dos problemas e possibilidades do município, as quais são apresentadas de forma mais descritiva nos volumes que compõem o Diagnóstico Situacional, até a definição das opções estratégicas e ações prioritárias para se atingir o desenvolvimento sustentável do município, as quais foram integralmente utilizadas como referência para a elaboração da Lei do Plano Diretor e da nova LUB, a qual está sendo também entregue ao município para a devida aprovação da Câmara de Vereadores.

1.2. NOTA METODOLÓGICA SOBRE AS OFICINAS DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

As Oficinas de Planejamento Participativo, cujo resultado pode ser encontrado no capítulo 2 deste Documento Síntese, consistiram num trabalho (e numa dinâmica) de grupo, que teve como objetivo a produção coletiva de uma análise da realidade local, feita pelos participantes e mediada pelos técnicos responsáveis pela elaboração do Plano Diretor, entre os dias 19 e 21 de junho de 2000.

No caso de Sirinhaém, cada oficina realizada teve a presença de pessoas da comunidade e, quando foi o caso, de representantes de órgãos públicos, contatados e convidados pela Comissão Municipal de Acompanhamento do Plano Diretor e pelo PRÓ-CITTÀ para participarem dos trabalhos. Para não inibir a participação das pessoas da comunidade, ficou acordado que os representantes do governo municipal e dos órgãos estaduais encarregados do acompanhamento dos trabalhos do Plano Diretor não iriam participar das Oficinas.

Para cada dimensão ou tema abordado na Oficina de Planejamento Participativo, através da utilização de tarjetas (fichas de cartolina), coube aos participantes a identificação do cenário futuro desejado, dos principais problemas e possibilidades para atingi-lo e das ações necessárias para tal.

Assim, com a utilização de tarjetas de 4 cores diferentes – uma cor para o cenário desejado, uma cor para os problemas, uma cor para as possibilidades e uma cor para responder a questão “o que fazer?” – foi sendo construída processualmente, nessa ordem, a análise da realidade local, feita pela própria comunidade.

O resultado das Oficinas apresentado no capítulo seguinte traz a sua transcrição integral, a qual reflete o consenso final em torno das tarjetas elaboradas pelos participantes. É interessante notar que esse resultado, embora baseado numa percepção comunitária/popular da realidade local, não se distancia muito da análise técnica, provando que a comunidade não só tem amplas condições de participar de processos decisórios relativos à sua vida, como tem capacidade, a partir de sua vivência, de produzir uma análise consistente dessa realidade.

1.3. NOTA METODOLÓGICA SOBRE AS MATRIZES DE PLANEJAMENTO

A utilização do formato matricial para a apresentação de análises técnicas tem se mostrado um recurso bastante útil. As matrizes permitem que se apresentem informações em linhas e/ou colunas, as quais podem estar associadas entre si, produzindo cruzamentos e/ou desdobramentos, que não esgotam as análises, sugerindo, pelo contrário, novas possibilidades de compreender a interligação entre problemas e possibilidades do ambiente interno, ameaças e oportunidades do ambiente externo, os quais permitirão uma melhor compreensão da realidade e das alternativas e opções a serem eleitas para se chegar ao objetivo comum: o desenvolvimento sustentável.

Visando a produção de uma apresentação objetiva e integrada dos resultados de todo o processo de elaboração do Plano Diretor de Sirinhaém, Matrizes de Planejamento foram formatadas a partir das Oficinas de Planejamento Participativo. Após a realização dos Seminários Finais do Plano Diretor, foram incorporadas às matrizes as ações prioritárias definidas pelos participantes desses eventos. A versão final está apresentada a seguir no capítulo 3.

As Matrizes de Planejamento por dimensão de sustentabilidade apresentadas neste Documento Síntese são compostas por 15 colunas. Na primeira e na sexta colunas, constam, respectivamente, os problemas e as possibilidades de cada dimensão.

Os dois conjuntos de quatro colunas que se seguem à primeira e à sexta colunas fornecem uma avaliação cruzada das causas e reflexos dos problemas e das possibilidades indicados naquelas colunas, em relação a cada uma das dimensões de sustentabilidade.

Assim, a segunda e a sétima colunas, indicadas com um “S”, trazem, respectivamente, a relação de causa e uma avaliação dos reflexos de cada um dos problemas e possibilidades citados na matriz em relação à dimensão socioeconômica.

A terceira e a oitava colunas, indicadas com um “P”, produzem as mesmas análises em relação à dimensão técnico-produtiva; a quarta e a nona colunas, indicadas com um “G”, o fazem para a dimensão geoambiental; e a quinta e a décima colunas, indicadas com um “T”, o fazem para a dimensão institucional.

As avaliações das relações de causa e efeito foram feitas com a utilização de indicadores de causa e impacto, os quais variaram de “0” a “3”, sendo que o “0” (zero) foi utilizado para apontar a inexistência de causa ou de reflexo e o “3” (três) representa uma relação causal/explicativa alta ou um impacto previsto elevado.

Por exemplo, o segundo problema apontado na primeira coluna da Matriz de Planejamento da Dimensão Socioeconômica nos informa que “a população de Sirinhaém apresenta um baixo nível sócio-cultural, destacando-se as elevadas taxas de analfabetismo entre os estratos mais idosos, especialmente entre os chefes de família”.

A segunda coluna, a qual nos informa sobre as causas e efeitos desse problema em relação à própria dimensão socioeconômica, apresenta os indicadores “2” e “3”. O primeiro indicador da coluna diz respeito à avaliação da relação causal entre a realidade da dimensão em questão e o problema citado. O segundo indicador, por seu turno, diz respeito aos reflexos do problema citado sobre a realidade da dimensão.

De acordo com os indicadores apresentados, a própria realidade da dimensão socioeconômica contribui muito (indicador de nível 2) para a existência e/ou permanência do problema, embora não seja a principal responsável por ele. No entanto, os efeitos desse problema sobre a dimensão socioeconômica são muito elevados (indicador de nível 3), mostrando que o combate ao baixo nível sócio-cultural e ao analfabetismo são essenciais para que a dimensão socioeconômica apresente um desempenho melhor.

A terceira coluna relacionada àquele problema apresenta os indicadores “3” e “3”. Esses indicadores nos informam, respectivamente, que o problema citado é, em grande medida, resultado da matriz técnico-produtiva do município e da região, a qual construiu historicamente um quadro marcado pela exclusão social, do qual o baixo nível sócio-cultural é um produto direto. Por outro lado, esse problema reflete-se na dinâmica técnico-produtiva na medida em que as pessoas não conseguem se inserir no processo produtivo de forma mais vantajosa e não são suficientemente qualificadas/capacitadas para criar formas alternativas de organização da produção. Além disso, como a experiência tem demonstrado, o analfabetismo dos chefes de família tem se configurado um grave empecilho à própria capacitação da mão-de-obra, que tem encontrado naquele grupo social uma forte resistência cultural.

Seguindo na leitura da matriz, a quarta coluna apresenta os indicadores “1” e “3”. O indicador “1” informa que a dinâmica da dimensão geoambiental tem pouca responsabilidade na geração do problema do baixo nível sócio-cultural local. No entanto, o segundo indicador, o de nível 3, sustenta que a existência de um baixo nível sócio-cultural gera problemas na dimensão geoambiental, o que decorre, sobretudo, da permanência de práticas técnico-produtivas insustentáveis, seja na agricultura, seja na pesca, onde os chefes de família analfabetos apresentam maior resistência a mudanças nos padrões comportamentais, resistindo também à participação em ações de capacitação e incorporação de novas tecnologias.

Finalmente, a quinta coluna apresenta os indicadores “3” e “3”. Segundo esses indicadores, o baixo nível sócio-cultural é gerado por uma estrutura político-institucional que não privilegiou, historicamente, investimentos sociais orientados para a educação e para a formação sócio-cultural local. A dimensão institucional local e regional mostra-se historicamente comprometida com a própria matriz técnico-produtiva e não interessava à classe dominante local a realização de inversões na educação. Por outro lado, como que configurando um ciclo vicioso, a existência de uma população com esse perfil contribui para que o poder político permaneça nas mãos de quem detém o poder econômico, perpetuando uma realidade político-institucional desfavorável às transformações sociais.

A leitura da Matriz de Planejamento como um todo é feita seguindo a lógica acima descrita. As colunas de sete à dez apresentam também uma análise cruzada de relações de causa e efeito, relacionadas, dessa vez, às possibilidades listadas na sexta coluna, as quais guardam relação com os problemas listados na primeira coluna.

Evidentemente, os indicadores sintetizam um conjunto amplo de explicações para as relações de causa e efeito existentes entre os problemas e possibilidades e as dinâmicas de cada dimensão, sem descrever de forma discursiva essas relações. A análise discursiva dessas questões encontra-se nos volumes que compõem o Diagnóstico Situacional. A Matriz de Planejamento, alternativamente, oferece uma leitura mais objetiva e integrada que possibilita, para o leitor, uma reflexão própria acerca dos indicadores apresentados na matriz, o que faz de sua leitura um exercício rico que abre novas possibilidades de pensar a realidade municipal.

A leitura da Matriz de Planejamento prossegue com a décima primeira e a décima segunda colunas, as quais apresentam as ameaças e oportunidades do ambiente externo. O conteúdo dessas colunas foi extraído e adaptado do “Plano de desenvolvimento sustentável da Mesorregião da Mata Pernambucana” (CONDEPE, 1998), o qual foi utilizado pelo PRÓ-CITTÀ como uma das referências técnicas para a elaboração do Plano Diretor.⁵

Na décima terceira coluna da Matriz de Planejamento encontra-se a identificação das características do cenário futuro desejado. Esse cenário guarda uma estreita relação com o cenário já traçado nas Oficinas de Planejamento Participativo.

Na décima quarta coluna da Matriz de Planejamento são apresentadas as opções estratégicas definidas pela comunidade para, lidando com os problemas (internos) e ameaças (externas) e, aproveitando as possibilidades (internas) e oportunidades (externas), buscar o desenvolvimento sustentável municipal e construir o cenário desejado (descrito como um conjunto de características na coluna anterior).

Finalmente, a última coluna da Matriz de Planejamento apresenta as ações que a comunidade considerou como prioritárias para se chegar no cenário futuro desejado.

Deve-se destacar que a partir da coluna 11 até a coluna final da matriz, a leitura das ameaças, oportunidades, do cenário desejado, das opções estratégicas e das ações prioritárias não pode ser feita de forma estritamente linear. Ou seja, a associação entre os elementos da matriz não se faz mais em linha, mas em termos de conjuntos. Por isso, a partir daquela coluna a matriz não apresenta mais divisões de linhas, o que conduz a uma leitura menos rígida das análises e das proposições, embora, evidentemente, tenha se buscado montar a matriz de forma que as ações descritas guardem relação com as opções estratégicas e com os cenários que as antecedem.

Concluindo esta nota metodológica, e visando atenuar eventuais resistências por parte de leitores que não acompanharam os trabalhos, deve-se destacar que a comunidade mostrou-se à vontade com as matrizes que foram apresentadas e discutidas nos Seminários Finais do Plano Diretor, sugerindo que instrumentos mais objetivos e menos rígidos possibilitam uma melhor apropriação popular das análises técnicas.

⁵ Anexo, encontra-se a Matriz de Planejamento Regional, elaborada a partir de CONDEPE (1998).

2. OFICINAS DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

Nas páginas seguintes, são apresentados os resultados das Oficinas de Planejamento Participativo realizadas em Sirinhaém, entre os dias 19 e 21 de junho de 2000.

As perguntas formuladas para os participantes e respondidas nas tarjetas transcritas nas páginas seguintes foram:

1- Em 2015, qual a cidade que vocês gostariam de encontrar? Quais as principais características que vocês gostariam que Sirinhaém tivesse no futuro, em relação a essa dimensão?

2- O que está impedindo que essa cidade desejada se transforme em realidade? Quais os principais problemas de Sirinhaém, em relação a essa dimensão?

3- O que a cidade possui e que facilita aquele sonho em se transformar em realidade? Quais as forças de Sirinhaém, em relação a essa dimensão?

4- O que deve ser feito para que aquele cenário desejado se transforme em realidade? O que fazer?

OFICINA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO – DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA – SIRINHAÉM

CENÁRIO DESEJADO	ASPECTOS DIFICULTADORES	ASPECTOS FACILITADORES	O QUE FAZER
<ul style="list-style-type: none"> • um <i>shopping center</i> e um camelódromo. • erradicação do analfabetismo e da exploração do trabalho infantil. • todas as pessoas tivessem acesso a educação, pelo menos até o 3º grau, e os produtores/pescadores a treinamentos e cursos técnicos. • mão-de-obra capacitada e inserida no contexto (transformado, diversificado) econômico da região. 	<ul style="list-style-type: none"> • má divisão das áreas centrais da cidade para o comércio. • poder público centralizador, dominador e paternalista. • falta de vontade política, de pressão da população e de interesse dos setores operacionais de água e comunicação para solucionar os problemas existentes. • falta de vontade política, melhor distribuição dos recursos e conscientização da população. • sociedade civil desarticulada e resistente a participar nos processos de desenvolvimento (acomodação). • pouco recurso investido na educação e em treinamentos técnicos e pouca fiscalização dos programas e atuação fraca dos conselhos. 	<ul style="list-style-type: none"> • estar realizando o Plano Diretor. • a semente (início) de uma reflexão a nível governamental e da sociedade civil da necessidade de mudanças no contexto social e econômico. • um n.º razoável de instituições atuando no município. • estar inserido no programa do PRODETUR/NE/PE e Projeto Costa Dourada. • proximidade com a capital do estado e ser uma cidade litorânea. • potencializar as organizações (associações, conselhos, etc.) incentivando a sua participação nos processos de desenvolvimento. • criação de uma ouvidoria no município. 	<ul style="list-style-type: none"> • construir mais escolas, principalmente nas áreas rurais, e reforçar a fiscalização na distribuição dos recursos da educação. • aperfeiçoamento/profissionalização da equipe técnica do poder público municipal. • inclusão de um parque industrial para indústrias de pequeno e médio porte (geração de emprego e renda). • realizar cursos de capacitação profissional.
<ul style="list-style-type: none"> • acesso à saúde a domicílio. • unidades de saúde bem equipadas e com RH de qualidade e com sensibilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • não participação da comunidade nas ações de saúde. 		<ul style="list-style-type: none"> • capacitar o corpo técnico em elaborar projetos.
<ul style="list-style-type: none"> • abastecimento de água e telefone nas comunidades rurais. • melhores estradas para dar acesso às comunidades rurais e transporte. • que o trabalhador tivesse acesso ao seu próprio pedaço de terra e o pescador a linhas de crédito fácil. 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de vontade política. • culturalmente a região é dependente da monocultura da cana-de-açúcar com mão-de-obra desqualificada. • concentração fundiária e dificuldades de linhas de crédito. 	<ul style="list-style-type: none"> • (facilidade de) através do Conselho e associações, conscientizar a comunidade para pressionar o poder público e fazer acontecer. • o acesso que o município tem aos programas estruturadores e de transformações sociais. • solo é propício para perfuração de poços. 	<ul style="list-style-type: none"> • perfurar poços nas comunidades rurais e asfaltar as estradas. • fortalecer e efetivar as parcerias institucionais p/facilitar a captação de recursos.

OFICINA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO – DIMENSÃO GEOAMBIENTAL – SIRINHAÉM

CENÁRIO DESEJADO	ASPECTOS DIFICULTADORES	ASPECTOS FACILITADORES	O QUE FAZER
<ul style="list-style-type: none"> • revitalização da área costeira. • calçadão de acesso à praia. • infra-estrutura. • passeios ecoturísticos organizados. • construção de rede hoteleira e de restaurantes. • fábrica de artesanato. • valorização do manguezal como alvo turístico. 	<ul style="list-style-type: none"> • ausência de vontade política para executar ações estruturadoras. • sociedade civil desarticulada (associações, comércio, etc.). • falta de mais ação governamental. • falta de mais projetos direcionados a cada problema. • falta de mais divulgação dos projetos para a comunidade. • ausência de espírito de cooperação (desarticulação institucional). 	<ul style="list-style-type: none"> • potencialidades cultural, artística e turística. • potencial agropecuário. • a existência de algumas parcerias: SENAC, PRORENDIA RURAL, EMBRATUR. • parcerias existentes que atuam no município. • governo municipal aberto. • existência de outros/disponibilidade de recursos naturais (cachoeiras nos engenhos). • recursos naturais abundantes: água, beleza natural, solo, manguezais e praias. • potencial acadêmico. 	<ul style="list-style-type: none"> • promover o espírito de cidadania. • conscientização da educação tributária. • fortalecer as ações do Conselho de Desenvolvimento Municipal. • capacitação para a comunidade. • capacitar mais a sociedade civil. • projetos que financiem empregos temporários, principalmente na área de infra-estrutura. • redefinição dos valores percentuais a serem destinados às principais áreas de atuação (meio ambiente, infra-estrutura, educação, turismo, etc). • fortalecer os vínculos entre as associações, entidades governamentais e não governamentais e a comunidade. • mais atuação do poder público. • atuação maior dos conselhos existentes. • criar uma lei para (que) os representantes (públicos) terem (um) o mínimo de instrução escolar (1º grau).

continua

<ul style="list-style-type: none"> • saneamento básico, com tratamento do esgoto, principalmente na sede. • melhoria do saneamento. • saneamento básico. 			<ul style="list-style-type: none"> • Prefeitura Municipal (deve) buscar parcerias para solucionar a questão do saneamento básico.
<ul style="list-style-type: none"> • construção de aterros sanitários. • lixo: tratamento através de usina de reciclagem e compostagem. • fábrica de reciclagem. • implantação de uma usina de lixo (reciclagem). • canalização de dejetos humanos e industriais. 			<ul style="list-style-type: none"> • intensificar o número de parcerias. • disponibilizar recursos materiais e financeiros.
<ul style="list-style-type: none"> • ordenação do uso e ocupação correta do solo municipal. 	<ul style="list-style-type: none"> • a falta de um Plano Diretor para a cidade. 		<ul style="list-style-type: none"> • revisão da Lei Orgânica Municipal.
<ul style="list-style-type: none"> • limpeza das adutoras. 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de iniciativa dos poderes públicos. 	<ul style="list-style-type: none"> • disponibilidade de pessoas/mão-de-obra para fazer a limpeza das adutoras (Projeto Chapéu de Palha). 	<ul style="list-style-type: none"> • (promover) intercâmbio entre o governo municipal e estadual para realizar a limpeza das adutoras e fornecer água potável à população.

<ul style="list-style-type: none"> • arborização. • matas ciliares reflorestadas para a manutenção das nascentes, margens dos rios e córregos. • manguezal: preservar o que existe e recuperar o que foi degradado. • parque ambiental com árvores frutíferas. • rios não poluídos. • órgãos fiscalizadores atuantes. 	<ul style="list-style-type: none"> • (ausência de) parcerias entre poder público e a iniciativa privada. • desconhecimento de área específica (para implantar o parque). • ausência de fiscalização efetiva e permanente para a preservação do meio ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> • o município dispõe de várias áreas (para implantar o parque). 	<ul style="list-style-type: none"> • explorar os recursos naturais sem agredir o meio ambiente. • parceria entre o Governo Municipal e a Usina para conseguir uma área (para implantar o parque).
<ul style="list-style-type: none"> • educação ambiental. • conscientização dos pescadores e da população em geral. • acabar com a pesca predatória; o pescador respeitar o período da reprodução. • conscientização da pesca predatória. 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de conscientização da comunidade. • falta de um projeto político pedagógico. • falta de intercâmbio entre as instituições governamentais. • (falta de) atuação e organização das associações e escolas. • ausência de fiscalização e orientação para os pescadores. 	<ul style="list-style-type: none"> • presença de instituições governamentais e não governamentais (associações rurais e urbanas). • associações rurais, urbanas, escolas e conselhos organizados. • proximidade dos centros de excelência em educação e tecnologia. • profissionais qualificados na área de educação. • associações de pescadores organizadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • (maior) valorização das ações das organizações. • (maior) intercâmbio dos conselhos com as escolas. • incrementar o cooperativismo. • criação de projetos para estruturar melhor as associações de pescadores, contando com a colaboração das escolas, rádios locais e outras instituições não governamentais.

OFICINA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO – DIMENSÃO INSTITUCIONAL – SIRINHAÉM

CENÁRIO DESEJADO	ASPECTOS DIFICULTADORES	ASPECTOS FACILITADORES	O QUE FAZER
<ul style="list-style-type: none"> • todos os setores da Prefeitura operantes e informatizados. • funcionários capacitados, com treinamento periódico e uma assessoria profissional em todas as secretarias. • Secretaria de Planejamento e Articulação implantada e operante. 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de recursos. • falta de fiscalização. • falta de capacitação técnica para o desempenho das funções. • ações sem planejamento. • mudanças de gestão nos governos municipal, estadual e federal (descontinuidade administrativa). • descaso dos governos para com os pequenos municípios. 	<ul style="list-style-type: none"> • coragem para mudar e vontade de trabalhar da atual administração. 	<ul style="list-style-type: none"> • capacitação de funcionários e contratação de técnicos. • melhorar arrecadação de tributos, com fiscalização eficiente e distribuição planejada de recursos. • criação da Secretaria Municipal de Planejamento e Articulação. • maior pressão política junto aos órgãos públicos estaduais e federais para obtenção de recursos e implementação de projetos.
<ul style="list-style-type: none"> • saneamento básico para toda a população da sede e dos distritos. • abastecimento de água tratada para toda a população. • boa coleta de lixo, com usina de reciclagem e compostagem para destino final. • transporte para todos, eletrificação e telefonia de boa qualidade. • habitação popular fora de área de risco. 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de recursos. • falta de interesse dos órgãos federais e estaduais responsáveis pelas diversas áreas, quando a Prefeitura não tem recursos para executar as obras. 	<ul style="list-style-type: none"> • malha viária satisfatória. • bom serviço de coleta de lixo. 	<ul style="list-style-type: none"> • maior pressão política junto aos órgãos estaduais para que se iniciem as obras do Projeto Costa Dourada.

<ul style="list-style-type: none"> • turisticamente desenvolvido, com hotéis e eventos culturais de boa qualidade. • agricultura forte e planejada. • programas de geração de emprego e renda implantados. • desenvolvimento industrial. 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de infra-estrutura. • pouca divulgação do potencial turístico. • baixa auto-estima e falta de perspectiva da população. • morosidade e burocracia dos órgãos federais e estaduais responsáveis pelo Projeto Costa Dourada. • poucos programas específicos. 	<ul style="list-style-type: none"> • recursos naturais e patrimônio histórico. • proximidade da capital, do porto de Suape e de outros pontos turísticos da região. • parcerias e programas já existentes (SEBRAE/PE, CPRH, PRODER, PRORENDA, PRORURAL, etc). 	<ul style="list-style-type: none"> • maior pressão política junto aos órgãos públicos estaduais para que se iniciem as obras do Projeto Costa Dourada e outros programas. • promoção de cursos profissionalizantes ligados ao turismo. • buscar parcerias na agricultura.
<ul style="list-style-type: none"> • ensino básico e profissionalizante de boa qualidade, para fazer face ao desenvolvimento turístico, industrial e agrícola. • jornada ampliada nas escolas. • evasão escolar mínima. • analfabetismo erradicado, ou reduzido a, no máximo, 10% da população. • hospital de referência para atender a demanda local e turística (mais leitos, equipamentos e profissionais). • sistema de atenção básica à saúde sem restrições. • implantadas as vigilâncias sanitária e epidemiológica. 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de recursos. • falta de informação. • falta de capacitação dos professores. • dificuldades de acesso. • ausência de parcerias e articulação. • falta de estímulo para freqüentar a escola por parte da população mais velha, em que se concentram os maiores índices de analfabetismo. • carência de profissionais especializados, equipamentos e espaço físico. • deficiências da atual política de saúde do Governo Federal. 	<ul style="list-style-type: none"> • capacitação de professores em andamento. • programas já existentes (Programa de Garantia de Renda Mínima, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Brasil Criança Cidadã, Centro de Convivência de Idosos, Programa de Agentes Comunitários de Saúde, etc). 	<ul style="list-style-type: none"> • capacitação de funcionários e contratação de técnicos. • melhorar a arrecadação de tributos, com fiscalização eficiente e distribuição planejada de recursos. • implementar campanha junto à população para conscientização de seus direitos e deveres. • erradicar o analfabetismo. • promover melhorias na qualidade do hospital (equipamentos e pessoal especializado).

OFICINA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO DE BARRA DO SIRINHAÉM

CENÁRIO DESEJADO	ASPECTOS DIFICULTADORES	ASPECTOS FACILITADORES	O QUE FAZER
<ul style="list-style-type: none"> • a união da comunidade em prol de objetivos comuns. • Barra envolvida. • mais trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> • maior determinação da comunidade em ter seus problemas resolvidos. • administração do subprefeito – <i>adm. distrital</i> (estrutura centralizada). • menos corruptos na administração. • maior vontade de nossos governantes. 	<ul style="list-style-type: none"> • associação AMAR. • associação de pescadores. 	<ul style="list-style-type: none"> • fim da corrupção. • mais apoio da prefeitura e comunidade. • união da comunidade. • menos críticas.
<ul style="list-style-type: none"> • educação. • educação e esporte. • manter vivo o folclore. • mais cultura. 	<ul style="list-style-type: none"> • os políticos olharem mais para Barra. • formação e profissionalização de mão-de-obra. 	<ul style="list-style-type: none"> • pequena estrutura para educação e saúde (poderia ser mais bem utilizada). 	<ul style="list-style-type: none"> • educação, ensino profissional de base. • educação, cursos de turismo e saúde. • mais apoio aos educadores que tem projetos educacionais. • treinamento e capacitação. de mão-de-obra.
<ul style="list-style-type: none"> • turismo. • desenvolvimento do turismo. • mais turismo. • o turismo totalmente desenvolvido. • melhora dos pescados. 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de/ mais interesse da prefeitura do município. • falta de conclusão do Projeto Costa Dourada. • incentivos ao turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> • o potencial turístico. • a praia. • capacidade para se tornar um grande pólo turístico com ilha, rios e manguezais lindos. • pequeno comércio e hotelaria já existentes. • tradições, como as festas religiosas que podem ser divulgadas (São Pedro, São Francisco e São Sebastião). • ponto de beneficiamento (do pescado). • um grande potencial pesqueiro que falta ser aperfeiçoado, respeitando a ecologia. 	<ul style="list-style-type: none"> • conclusão do Projeto Costa Dourada. • desenvolvimento do turismo associado à ecologia, educação, saúde, e segurança. • acesso ao turismo. • turismo (apoio da comunidade em geral). • ligação do Toquinho com a Barra através de <i>ferry boat</i>. • divulgação da região. • desenvolvimento da pesca.
<ul style="list-style-type: none"> • nossas praias e rios limpos. • limpeza. • preservação dos ecossistemas. 	<ul style="list-style-type: none"> • despoluição dos rios e manguezais. • Usina Trapiche e outras (poluição). • os pescadores obedecerem às leis. • limpeza - mais interesse da prefeitura. 		<ul style="list-style-type: none"> • limpeza, apoio da prefeitura e comunidade. • pescadores, mais orientação. • mais orientação.
<ul style="list-style-type: none"> • policiamento preventivo e educativo. • mais segurança. 	<ul style="list-style-type: none"> • melhor aproveitamento das verbas por parte dos governantes. • falta de verbas para a comunidade. 		<ul style="list-style-type: none"> • violência, mais amor comunitário. • mais recursos.

3. MATRIZES DE PLANEJAMENTO

Nas páginas seguintes, são apresentadas as Matrizes de Planejamento, por dimensão de sustentabilidade, do município de Sirinhaém, já incorporando os resultados das discussões dos Seminários Finais do Plano Diretor.

Ao todo, são apresentadas cinco matrizes, sendo quatro por dimensões de sustentabilidade – socioeconômica, técnico-produtiva, geoambiental e institucional – e uma Matriz de Planejamento Urbano.

A Matriz de Planejamento Urbano, como será visto, apresenta uma estrutura mais simples do que as demais, possuindo apenas sete colunas, uma vez que ela não contém as colunas com os indicadores de relação causal e efeitos que as outras matrizes possuem.

MATRIZ DE PLANEJAMENTO URBANO DE SIRINHAÉM

PROBLEMAS	POSSIBILIDADES	AMEAÇAS	OPORTUNIDADES	CENÁRIO DESEJADO	DIRETRIZES DE POLÍTICA URBANA
Tendência de aumento do grau de urbanização e ampliação da demanda por áreas de expansão urbana, provocadas pelo êxodo rural, têm se defrontado com a ausência de áreas adequadas para urbanização.	Apenas o Distrito de Barra de Sirinhaém dispõe de maior estoque de áreas urbanizáveis e de loteamentos ainda não ocupados ou de baixa taxa de ocupação.	Possíveis alterações na matriz técnico-produtiva da indústria sucro-alcooleira podem potencializar o fluxo migratório rural-urbano, ampliando a demanda por áreas urbanizáveis.	Programas e projetos atuantes no município contribuem para a fixação de contingentes populacionais no meio rural.	O crescimento urbano do município se dá de forma gradual e compatível com suas características socioambientais.	
Processo de urbanização, conduzido por contingentes de baixa renda, tem gerado ocupações inadequadas na sede (Outeiro, Cavoco e Porto de Pedras) e nos distritos de Santo Amaro e de Barra de Sirinhaém (Casado).	-	Existe uma tendência de ocupação das áreas lindeiras à PE-60, a qual, caso não seja disciplinada, irá gerar problemas relacionados à transposição urbana e à obsolescência precoce da via, reduzindo sua segurança e fluidez.		A ocupação urbana respeita os limites e restrições do sítio natural e as áreas de risco são objeto de intervenções voltadas para a melhoria da sua qualidade ambiental.	Elaborar LUB compatível com as diretrizes de desenvolvimento municipal, dotando a municipalidade de instrumentos adequados de Política Urbana.
As alterações na distribuição espacial da população municipal têm contribuído para um aumento da demanda de infra-estrutura social nas áreas urbanas.	Sirinhaém não atrai população de outros municípios, o que contribui para que as pressões demográficas sejam atenuadas.			Os equipamentos de infra-estrutura social estão disponíveis, especialmente nas áreas de maior concentração demográfica.	Novos equipamentos de consumo coletivo devem se localizar nas áreas mais densas, mais próximas à população atendida.

<p>Carência de infraestrutura urbana vem se agravando com a intensificação do processo de urbanização, notadamente com a ocupação de áreas de risco e/ou inadequadas, atingidas por deslizamentos ou alagamentos (Outeiro, Porto de Pedras, Cavoco e Casado).</p>	<p>Os projetos de saneamento básico já elaborados/propostos pelo Estado no âmbito do PRODETUR/PE/NE irão, se implantados, contribuir para uma melhoria sensível das condições de moradia na sede e em Barra de Sirinhaém.</p>	<p>A não disponibilização dos recursos financeiros necessários para a implantação dos projetos propostos de saneamento básico.</p>	<p>Novos programas e projetos voltados para a região podem contribuir para a melhoria da infraestrutura urbana. O município pode vir a receber uma unidade de tratamento de resíduos sólidos ou pode ter a oportunidade de participar de consórcio intermunicipal.</p>	<p>As áreas urbanas de Sirinhaém dispõem de saneamento básico – sistemas de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial e tratamento de resíduos sólidos.</p>	<p>Novos parcelamentos devem ser dotados de infraestrutura urbana adequada.</p>
<p>Carência de equipamentos sociais e culturais nas áreas urbanas.</p>	<p>O rico Patrimônio Cultural local pode abrigar centros e/ou atividades culturais.</p>	<p>Degradação do Patrimônio Cultural agrava carência de espaços culturais.</p>	<p>Programas e projetos estaduais contribuem para implantação de espaços culturais.</p>	<p>Município dispõe de espaços culturais adequados e tem sua cultura valorizada.</p>	<p>Prever disponibilização de espaços para uso cultural e comunitário.</p>
<p>O sítio urbano condicionou fortemente a formação da malha viária urbana, a qual, partindo da utilização de antigos caminhos, vem se caracterizando por diversas inadequações: falta de compatibilização com a topografia acidentada, greides acentuados, larguras abaixo dos padrões mínimos e articulações impraticáveis.</p>	<p>Em Barra de Sirinhaém, área de potencial turístico privilegiado, a topografia urbana, o seu porte reduzido e a ocorrência de uma ocupação rarefeita têm contribuído para que o sistema viário apresente características mais favoráveis, à exceção do Casado, onde prevalecem os becos desordenados.</p>	<p>Dinamização do turismo em Barra de Sirinhaém pode aumentar as pressões sobre o tecido urbano, contribuindo para a ocorrência de uma ocupação desordenada.</p>		<p>Sistema viário urbano adequado às características locais e utilizado como referência básica para a política urbana.</p>	<p>Adotar hierarquização de vias urbanas, adequadas às características ambientais e às necessidades locais, utilizando-a como referência para a política urbana.</p>

<p>Na estrada de acesso à Guadalupe, verifica-se uma ocupação lindeira incipiente que não observa os parâmetros de preservação de sua faixa de domínio.</p>	<p>A ocupação na região ainda é baixa, sendo possível o disciplinamento e ordenamento adequado da estrada e de seu entorno imediato.</p>	<p>A intensificação do turismo e/ou do veraneio na região podem pressionar a ocupação da via, sem a observância dos parâmetros de preservação.</p>			<p>Prever via auxiliar ao longo da estrada de acesso a Guadalupe, assim como afastamentos frontais adequados.</p>
<p>Concentração de atividades comerciais e institucionais no eixo viário principal da sede provocam problemas na circulação, com conflitos entre o tráfego local e o de passagem.</p>	<p>-</p>			<p>Tráfego urbano encontra-se disciplinado e conflitos são reduzidos.</p>	<p>Adotar medidas para disciplinar a circulação de veículos na área urbana e prever espaços para estacionamento nas edificações.</p>
<p>O município dispõe de instrumentos limitados de Política Urbana. O planejamento urbano não é realizado no município.</p>				<p>Plano Diretor e LUB elaborados no âmbito do PRODETUR/NE/PE e aprovados pela Câmara Municipal são implantados pelo Governo Municipal e têm sua aplicação monitorada pelo CODEMUS.</p>	<p>Estabelecer, juridicamente, as atribuições do CODEMUS, no âmbito da Política Urbana do município, dotando o município de uma gestão participativa para essas questões.</p>
<p>Sede municipal não dispõe de Lei de Perímetro Urbano.</p>	<p>A elaboração do Plano Diretor e da LUB, com recursos do PRODETUR/NE/PE.</p>				
<p>O parcelamento do solo tem ocorrido sem a observância de parâmetros urbanísticos adequados e sem a previsão de áreas de uso coletivo/público.</p>					

O loteamento da COHAB, único da sede, encontra-se em condições precárias, com muitas de suas vias desarticuladas com a malha urbana devido à declividade do terreno.	-	Ocorrência de um turismo predatório e não planejado contribui para que sejam ampliadas as pressões por uma ocupação urbana desordenada, sobretudo ao longo da área do CTG.	O desenvolvimento planejado do turismo, com um perfil mais exigente, contribui para que a ocupação urbana, sobretudo na área do CTG, obedeça aos parâmetros estabelecimentos ao longo do processo de elaboração do Plano Diretor e da LUB, contribuindo para que os ambientes urbano e natural locais se integrem de maneira harmoniosa.	Parâmetros urbanísticos da Política Urbana são conhecidos e respeitados pela comunidade que colabora com o Poder Público na fiscalização de seu cumprimento.	Adotar parâmetros urbanísticos que considerem as diretrizes de desenvolvimento do município, especialmente o potencial turístico, propiciando a construção de um ambiente urbano ordenado e de ocupações de baixa densidade, especialmente no Distrito de Barra de Sirinhaém.
O loteamento Terramares é precário, desarticulado e totalmente descontínuo em relação à malha urbana da sede.	-				
Proposta urbanística do CTG e especulação imobiliária contribuíram para que a ocupação da área urbana de Barra de Sirinhaém, nos loteamentos já existentes, não se efetivasse.	-				
Não se observa a prática de afastamentos e as edificações estão alinhadas às vias.	Observa-se a predominância de residências unifamiliares, nas quais a ocorrência de quintais contribui para uma ocupação mais baixa com a existência de manchas verdes.				
Nas principais vias da sede, observa-se a ocorrência de taxas de ocupação de 100% do terreno.					

<p>Patrimônio Cultural municipal encontra-se em condições ruins de preservação e a ocupação urbana tem contribuído para a sua descaracterização, como ocorre com a Capela de São Roque, na sede.</p>	<p>A população local mostra-se favorável ao turismo e começa a perceber a importância da preservação de seu Patrimônio Cultural.</p>	<p>O aumento de práticas de “turismo insustentável” gera a degradação do Patrimônio Cultural.</p>	<p>O desenvolvimento de um turismo mais qualificado pode demandar uma valorização do Patrimônio Cultural, inclusive por pressões dos próprios turistas.</p>	<p>O Patrimônio Cultural do município é preservado e utilizado para a promoção do turismo sustentável. A comunidade contribui para sua preservação, monitorada pelo CODEMUS.</p>	<p>Priorizar a preservação e valorização do Patrimônio Cultural, no âmbito da política de desenvolvimento municipal e da Política Urbana, através de leis específicas (ex. isenção de IPTU).</p>			
<p>Em função do sítio local e das características do processo de formação urbana, existem poucas áreas verdes e/ou de uso público, sobretudo na sede, com limitado mobiliário urbano e com um tratamento paisagístico pobre.</p>	<p>Alguns elementos de mobiliário urbano já existem na sede do Distrito de Barra de Sirinhaém. A sede municipal e os distritos têm características ambientais que favorecem seu tratamento paisagístico.</p>					<p>Programas e projetos orientados para o reforço institucional contribuem para que o município se estruture melhor, inclusive para desempenhar suas funções de polícia.</p>	<p>O município, aproveitando suas características naturais, apresenta, notadamente nas áreas urbanas, um número expressivo de parques e jardins e áreas de lazer de uso coletivo.</p>	<p>Priorizar a implantação de áreas verdes, parques e de lazer e o tratamento paisagístico das vias arteriais e mesmo coletora, especialmente na área da praia e no entorno dos elementos edificados do Patrimônio Cultural.</p>
<p>A administração municipal apresenta problemas em termos das deficiências na sua estrutura de fiscalização, seja em termos do cumprimento do Código de Obras, do Código de Posturas ou da Lei de Uso e Ocupação do Solo já existente para a área do CTG.</p>	<p>A administração municipal está disposta a rever sua estrutura administrativa, adequando-a ao Plano Diretor e à LUB.</p>							

4. ANEXO

Anexo 1 – Matriz de Planejamento da Mesorregião da Mata Pernambucana

MATRIZ DE PLANEJAMENTO DA MESORREGIÃO DA MATA PERNAMBUCANA

DIMENSÕES	PROBLEMAS	POSSIBILIDADES	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	CENÁRIO DESEJADO	OPÇÕES ESTRATÉGICAS
Espacial	<ul style="list-style-type: none"> • Fraco dinamismo econômico dos centros urbanos. • Concentração populacional na periferia dos centros urbanos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Localização espacial privilegiada. • Existência de centros urbanos de comando regional disseminado no espaço. 	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento dos fluxos turísticos mundial e nacional. • Possibilidades de ampliação das interações entre a agroindústria canavieira e a base produtiva regional/nacional. • Redefinição de espaços para as micro e pequenas empresas (articuladas a grande empresas ou nas brechas de mercado). • Possibilidade de articulação de todos os subespaços integrantes da Zona da Mata Nordeste, atendendo a interesses comuns. 	<ul style="list-style-type: none"> • Proximidade da RMR como fator inibidor do desenvolvimento das atividades urbano-industriais. 		<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer e integrar a base econômica da Mesorregião com o Agreste e Sertão. • Fortalecer e integrar os centros urbanos estratégicos e concorrer para o surgimento de novos pólos. • Patrocinar o desenvolvimento de pólos de serviços especializados. • Melhorar as condições de competitividade e de acesso aos pólos regionais de desenvolvimento.
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Poluição hídrica. • Desmatamento desordenado. • Erosão da faixa litorânea. • Poluição do mar. • Incipiente tratamento de lixo. • Degradação do solo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Condições favoráveis de recursos hídricos superficiais. • Condições edáficas favoráveis. • Ocorrência de precipitações pluviométricas com intensidade suficiente para todo o ecossistema. • Existência de recursos hídricos marinhos. • Existência de biodiversidade. • Existência de cobertura vegetal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de um Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos. • Montagem do Plano Nacional de Desenvolvimento Florestal e do "Pernambuco Verde" a nível estadual. 	<ul style="list-style-type: none"> • Iminência de comprometimento da oferta energética. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver ações integradas que promovam a preservação e conservação da biodiversidade e o manejo dos ecossistemas. • Apoiar o processo de reestruturação da base tecnológica da Mata Pernambucana. 	<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar a preservação e conservação ambiental.

DIMENSÕES	PROBLEMAS	POSSIBILIDADES	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	CENÁRIO DESEJADO	OPÇÕES ESTRATÉGICAS
Econômica	<ul style="list-style-type: none"> • Elevada concentração fundiária. • Crise do setor sucro-alcooleiro. • Reduzido nível de diversificação agropecuária. • Dificuldades de acesso ao crédito e a novos modelos gerenciais pelas pequenas empresas. • Exploração ineficiente do potencial turístico. • Deficiências na dotação de infraestrutura econômica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Condições propícias à reativação, ampliação e implantação de atividades manufatureiras. • Reestruturação da atividade sucro-alcooleira e possibilidades de articulação com outras atividades. • Condições favoráveis à diversificação agropecuária. • Existência de razoável infra-estrutura comercial e de prestação de serviços. • Existência de condições favoráveis ao desenvolvimento do turismo. • Aporte de infraestrutura econômica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Novo paradigma baseado nas vantagens competitivas, devido à proximidade com o Complexo Portuário-Industrial de Suape. • Crescente demanda mundial por produtos tropicais, como frutas in natura. • Mercado mundial de celulose e café aquecido. • Crescimento da demanda mundial por álcool como combustível limpo. • Possibilidade de expansão da pecuária em Pernambuco, como estímulo para o crescimento do setor. • Disponibilidade de recursos financeiros para a atualização de políticas de formação e capacitação de mão-de-obra no Brasil. 	<ul style="list-style-type: none"> • Abertura comercial rápida e intensa e mudanças no comércio mundial. • Hegemonia mundial do capitalismo especulativo/financeiro. • Novos padrões de consumo levando a uma demanda crescente por produtos substitutos do açúcar proveniente da cana. • Fragilidade dos mercados e tendência mundial de queda de preços dos produtos primários. • Avanços nos processos administrativos e nos modelos de gerências organizacionais levando a uma maior eficiência empresarial. • Tendência mundial ao aumento da concentração do capital. • Reconcentração do desenvolvimento nacional no Centro-Sul. • Demanda turística cada vez mais exigente. • Novo perfil do mercado em escala global. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer, ampliar e reestruturar o perfil produtivo, apoiando-se a competitividade e adversidade econômica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular a criação ou desenvolvimento de novos pólos de dinamismo agrícola, industrial, agroindustrial, etc. • Aproveitar as potencialidades existentes para ampliar e diversificar a base econômica instalada. • Estimular o desenvolvimento da metalurgia articulada à agroindústria e retomar a produção de couros, calçados e têxteis. • Implantar distritos agroindustriais e industriais. • Promover a expansão da piscicultura. • Promover a expansão do turismo em bases sustentáveis. • Ampliar as oportunidades de trabalho e estimular empreendimentos de médio e pequeno porte.

DIMENSÕES	PROBLEMAS	POSSIBILIDADES	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	CENÁRIO DESEJADO	OPÇÕES ESTRATÉGICAS
Sócio-cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Altas taxas de evasão, repetência e analfabetismo. • Existência de valores enraizados de dominação X sujeição, difíceis de alterar. • Alto índice de desemprego, subemprego e vigência de relações de trabalho precárias, e ainda marcadas pela violência, no meio rural. • Condições inadequadas de moradia e de serviços e equipamentos domiciliares. • Polarização de perfis epidemiológicos relativos ao "atraso" e à "modernidade". • Insegurança pública. 	<ul style="list-style-type: none"> • Riqueza das manifestações artístico-culturais e do patrimônio histórico. • Espírito de luta contra a dominação. • Mobilização de pessoas capacitadas em suas respectivas áreas de atuação. • Equipamentos públicos relativamente conservados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização das especificidades locais como as expressões culturais e produtos típicos/ característicos da região. • Pressão da sociedade organizada a nível nacional, pela desconcentração fundiária. • Prioridade dada pelo Governo do Estado à oferta de eletrificação (especialmente rural). • Pressão de organizações internacionais e nacionais pela garantia dos direitos da cidadania (educação, emprego, segurança, etc). 	<ul style="list-style-type: none"> • Tensão entre padrões e valores globais e identidades culturais locais. • Crescente insegurança, verificada com a violência contra o trabalhador. 	<ul style="list-style-type: none"> • Construir, ampliar e universalizar a cidadania. • Fortalecer as organizações representativas da sociedade civil através de parcerias público-privado e privado-privado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Investir massivamente na educação de qualidade e na formação para o trabalho. • Apoiar o processo de universalização da cidadania com prioridade ao saneamento básico, justiça, segurança e saúde.

DIMENSÕES	PROBLEMAS	POSSIBILIDADES	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	CENÁRIO DESEJADO	OPÇÕES ESTRATÉGICAS
<p align="center">Científico-tecnológica</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de avaliações prévias que permitam a utilização de sistemas tecnológicos adequados à realidade regional. • Baixa difusão tecnológica, com reduzido padrão de orientação técnica e limitado grau de esclarecimento por parte dos produtores. • Práticas de manejo inadequadas. • Deficientes níveis de capacitação da mão-de-obra rural, industrial e do comércio e serviços versus precária cobertura de formação técnico-profissionalizante. • Baixa integração institucional dos órgãos de C&T e desses com o sistema produtivo regional. • Descontinuidade nos processos de geração do conhecimento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior aproveitamento do acervo tecnológico existente no Brasil e no mundo. • Presença de instituições de produção científico-tecnológica. • Presença de instituições voltadas para fomento da C&T. • Presença de instituições voltadas para a difusão tecnológica. • Perspectiva de uma maior atuação do setor privado na área de C&T. • Implantação do Centro de Biotecnologia e Engenharia Genética. 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de tecnologias no Brasil e no mundo, que podem ser utilizadas para as especificidades e necessidades da região. 	<ul style="list-style-type: none"> • Incapacidade de absorção do acelerado processo de desenvolvimento tecnológico em escala global. 		<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar e adequar a produção de conhecimentos e tecnologias. • Promover a difusão de tecnologias que elevem a produtividade.

DIMENSÕES	PROBLEMAS	POSSIBILIDADES	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	CENÁRIO DESEJADO	OPÇÕES ESTRATÉGICAS
Político-institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Fragilidade da representação político-partidária em relação às demandas da sociedade local. • Dificuldades das gestões municipais em atender as demandas constitucionais e da população. • Enfraquecimento do papel reivindicatório do Movimento Sindical dos Trabalhadores Canavieiros. • Persistência de atitudes conservadoras em relação à participação e ao desempenho da mulher na atividade política e na família. • Fragilidade institucional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de movimentos sociais articulados. • Existência de uma rede de instituições públicas e privadas. • Representação sindical em todos os municípios da região. 	<ul style="list-style-type: none"> • Tendência mundial de uma maior participação privada na execução de serviços públicos. • Processo de redemocratização do país, refletindo também uma tendência mundial. • Tendência mundial e nacional pela valorização da gestão local/municipal. • Descentralização das políticas públicas sociais (saúde e educação). • Novas formas de gestão compartilhada, a exemplo do estabelecimento de acordos entre municípios em torno de interesses comuns e formação de consórcios municipais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma do Estado e crise financeira do setor público. 		<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar as instituições públicas e privadas que desenvolvam projetos que valorizem as tradições culturais locais. • Valorizar as variadas formas de associativismo e gestão compartilhada.

5. BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUARQUE, S.C. *Desarrollo sostenible: metodología de planeamiento; experiencias del Nordeste de Brasil*. San José, Costa Rica: BMZ/GTZ: Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, 1997. (Serie Publicaciones Misceláneas/IICA, ISSN 0534-5391, no. A1/SC-97-07).
- BUARQUE, S.C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. 2.ed. rev. aum. Recife: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 1999.
- CAMPBELL, S., FAINSTEIN, S.S. (Eds.) *Readings in planning theory*. Oxford, United Kingdom: Blackwell Publishers Ltd, 1996.
- CONDEPE. *Pernambuco 2010 – Estratégia de desenvolvimento sustentável de Pernambuco*. Recife: CONDEPE, 1996. (versão preliminar).
- CONDEPE. *Plano de desenvolvimento sustentável da mesorregião da mata pernambucana; versão preliminar*. Recife: CONDEPE, 1998. (versão preliminar).
- FRANÇA, J.L. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 2.ed. rev. e aum. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1992. (Coleção APRENDER).
- GANDIM, D. *A prática do planejamento participativo; na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- HOGAN, D.J., VIEIRA, P.F. (Org.) *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992. (Coleção Momento).
- ICLEI & IDRC. *The local agenda 21 planning guide; an introduction to sustainable development planning*. Toronto, Canadá: ICLEI, IDRC & UNEP, 1996.
- SEPLAN-PR. *Projeto Áridas; Nordeste: uma estratégia de desenvolvimento sustentável*. Brasília: SEPLAN-PR, 1994. (versão preliminar).
- SEPÚLVEDA, S., EDWARDS, R. *Desarrollo rural sostenible; metodologías para el diagnóstico microrregional*. San José, Costa Rica: GTZ: Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, 1995. (Serie Publicaciones Misceláneas/IICA, ISSN 0534-5391, no. A1/SC-95-05).